

1. Nota Introdutória

Cumpre-nos apresentar, o presente relatório, no qual se evidenciam os aspectos mais relevantes dos resultados obtidos na prossecução das distintas actividades desenvolvidas no âmbito das atribuições legalmente cometidas ao INFARMED, I.P. – Decreto – Lei n.º 269/2007, de 26 de Julho - durante o ano de 2007.

Em conformidade com as disposições legais, procedeu-se à análise da execução orçamental da despesa e da receita para o ano económico de 2007, com referência a 31 de Dezembro.

Complementarmente, procedeu-se ainda à análise das contas com base nas demonstrações financeiras que instruem a Conta de Gerência, nomeadamente o Balanço e a Demonstração de Resultados, as quais apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P., a 31 de Dezembro de 2007, em conformidade com os princípios contabilísticos definidos no POCMS.

2. Remunerações dos elementos do Conselho Directivo

Nos termos do n.º 4 e n.º 9 da RCM n.º 155/2005, de 6 de Outubro, apresenta-se no quadro seguinte as remunerações principais e acessórias auferidas em 2007, pelo Conselho Directivo constituído por um Presidente, dois Vice-Presidentes e dois Vogais:

	Rem. Base	Rem. Acessória	Total
Presidente	64,133.88	19,877.15	84,011.03
Vice-Presidentes	110,551.56	29,652.37	140,203.93
Vogais	99,559.89	26,552.91	126,112.80
Total	274,245.33	76,082.43	350,327.76

Os valores apresentados acima incluem todos os complementos remuneratórios em dinheiro ou espécie auferidos pelos membros do Conselho Directivo.

Os membros do Conselho Directivo do INFARMED, I.P., não beneficiam de qualquer regime de previdência ou plano complementar de reforma, que constitua encargo do Instituto.

3. Análise global da actividade desenvolvida

No ano 2007 destacam-se diversos acontecimentos, constituindo um dos factos de maior relevo a publicação da lei orgânica e dos estatutos do INFARMED, I.P., que passou a ser a Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde. Neste novo quadro organizacional realça-se a definição dos poderes e das competências em matéria de regulação e supervisão do sector dos medicamentos e produtos de saúde.

Por outro lado, no que se refere à actividade desenvolvida, a Presidência Portuguesa da União Europeia foi considerada de enorme relevo, envolvendo diversos recursos e actividades.

No que se relaciona com a política do medicamento e com a sustentabilidade da despesa com medicamentos, durante o ano em análise, foi aplicado o “Plano Integrado de Promoção dos Medicamentos Genéricos de 2007”, que, implicou entre outros factos, o lançamento da Campanha “Genéricos 2007”, realização do simpósio “Medicamentos Genéricos em Portugal e na Europa” e a criação do “Provedor dos Medicamentos Genéricos”.

Procedeu-se à consolidação do Sistema Nacional de Farmacovigilância, através da celebração de protocolos com as Unidades de Farmacovigilância do Norte, de Lisboa e Vale do Tejo e do Sul.

Durante o desenvolvimento da actividade do INFARMED, I.P., registou-se ainda o desenvolvimento do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), através de uma auditoria de concessão no âmbito do processo de acreditação da Direcção de Comprovação da Qualidade, para além da consolidação do SGQ da Direcção de Inspecção e Licenciamento e do Departamento de Dispositivos Médicos.

Neste exercício, e na continuidade das linhas que vinham a ser seguidas em anos anteriores, a actividade desenvolvida pelo INFARMED, I.P., visou atingir os seguintes objectivos estratégicos:

1. Definição de uma política integrada de recursos humanos, de qualificação e valorização do capital humano do INFARMED, I.P. e promoção da gestão do conhecimento;
2. Aumentar a eficiência interna através da implementação de novos processos de trabalho, de novos sistemas de informação e de um sistema de gestão da qualidade;
3. Estruturar e desenvolver uma política de informação que promova a utilização racional dos medicamentos e a utilização segura dos dispositivos médicos, com o objectivo de alcançar a eficiência e sustentabilidade do sistema de saúde;
4. Aperfeiçoar (melhorar) o controlo de qualidade dos medicamentos e dos produtos de saúde, a sua vigilância pós-comercialização bem como das entidades intervenientes;
5. Contribuir para o aumento da competitividade, desenvolvimento e internacionalização da indústria farmacêutica com produção nacional.

A concretização de cada objectivo estratégico passou por:

1. Definição de uma política integrada de recursos humanos, de qualificação e valorização do capital humano do INFARMED, I.P. e promoção da gestão do conhecimento:
 - ✓ Aumentar o número de horas de formação por participante;
 - ✓ Gestão eficiente dos recursos;
2. Aumentar a eficiência interna através da implementação de novos processos de trabalho, de novos sistemas de informação e de um sistema de gestão da qualidade:
 - ✓ Proceder à reestruturação organizacional – Projecto Evolvere;
 - ✓ Aumentar o nível de desempenho organizacional;

- ✓ Nova lei orgânica e nova estrutura organizacional;
 - ✓ Implementar um sistema de gestão da qualidade, desenvolvendo uma política de melhoria contínua da qualidade;
 - ✓ Organização centrada na satisfação do cliente externo;
3. Estruturar e desenvolver uma política de informação que promova a utilização racional dos medicamentos e a utilização segura dos dispositivos médicos, com o objectivo de alcançar a eficiência e sustentabilidade do sistema de saúde:
- ✓ Aumentar o número de exemplares de publicações periódicas distribuídas;
 - ✓ Consolidar o mercado de medicamentos genéricos – “Plano Integrado de Promoção dos Medicamentos Genéricos 2007”;
 - ✓ Proceder à avaliação farmacoeconomia dos medicamentos;
4. Aperfeiçoar (melhorar) o controlo de qualidade dos medicamentos e dos produtos de saúde, a sua vigilância pós-comercialização bem como das entidades intervenientes:
- ✓ Aumentar o número de amostras a analisar;
 - ✓ Aumentar o número de inspecções a realizar;
5. Contribuir para o aumento da competitividade, desenvolvimento e internacionalização da indústria farmacêutica com produção nacional:
- ✓ Promover e facilitar parcerias e outras iniciativas de sucesso junto da indústria farmacêutica com produção nacional;
 - ✓ Aumentar substancialmente o volume das exportações;
 - ✓ Projecto “PharmaPortugal” – projecto relevante para o aumento das exportações de produtos e serviços farmacêuticos e aumento da visibilidade, conhecimento e notoriedade da indústria farmacêutica de base nacional;

Globalmente, os níveis de desempenho organizacional do INFARMED, I.P. situam-se em níveis próximos dos de 2006 (o nível de desempenho/ grau de eficácia situou-se nos 86%). Chama-se, no entanto, a atenção para o facto dos níveis atingidos terem sido influenciados pelo processo de reestruturação em curso, que condicionou a execução de alguns objectivos e actividades previstos no Plano para 2007.

Apesar do constrangimento acima mencionado, o ano 2007 pautou-se pela manutenção de um nível de desempenho elevado, acompanhado por uma evolução muito positiva dos indicadores económicos e financeiros apresentados.

4. Análise Orçamental

4.1. Receita

O volume de receita própria cobrada pelo INFARMED, I.P. evidenciado no **Mapa 7.2 - Controlo do Orçamental da Receita**, apresenta a 31 de Dezembro de 2007, o valor global de **€ 51 871 745** (€ 61 658 520 em 2006), situando-se ao nível de execução orçamental nos **95%**.

Comparativamente a igual período do exercício anterior, regista-se um decréscimo da receita cobrada de **16%**, fortemente influenciado pela variação negativa de 20% na ‘Taxa de Comercialização de Produtos de Saúde’ e de 91% na cobrança de ‘Coimas e penalidades por contra-ordenações’.

Salienta-se que os resultados obtidos no exercício económico de 2006, na Taxa de Comercialização de Produtos Cosméticos e de Higiene Corporal, se devem a proveitos extraordinários resultantes da cobrança de dívidas de anos

anteriores na sequência de acções de inspecções realizadas a diversas entidades, no âmbito da Taxa sobre a Comercialização de Produtos de Saúde (Produtos Cosméticos e Higiene Corporal).

Relativamente à receita do próprio ano da Taxa de Comercialização de Produtos Cosméticos e de Higiene Corporal, apresenta face ao período homólogo, um crescimento de 56% (*Dezembro de 2006: 5.390.079 /Dezembro de 2007: 8.408.928*).

Designação	2007	2006	Variações	
			Valor	%
Comercialização de Especialidades Farmacêuticas	17,497,888.38	16,280,495.50	1,217,392.88	7%
Comercialização de Produtos de Saúde	13,069,942.30	25,422,391.79	-12,352,449.49	-20%
Autorização de Introdução no Mercado de Medicamentos	14,719,042.00	13,424,632.54	1,294,409.46	10%
Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas	40,004.96	58,509.24	-18,504.28	-32%
Dispositivos Médicos e Diagnóstico In Vitro	66,258.48	22,501.52	43,756.96	194%
Medicamentos de Uso Veterinário	13,462.86	33,192.20	-19,729.34	-59%
Produtos Homeopáticos de Uso Humano	3,467.26	1,571.22	1,896.04	121%
Avaliação pelo Procedimento Centralizado de Medicamentos	2,438,311.99	2,223,125.00	215,186.99	10%
Taxas sobre Ensaio Clínicos	212,100.76	174,847.72	37,253.04	21%
Locais de Venda de Medicamentos Não Sujeitos a Receita Médica	329,200.00	301,900.00	27,300.00	9%
Licenciamento de Farmácias	26,250.00	0.00	26,250.00	100%
Coimas e penalidades por contraordenações	128,440.01	1,419,616.13	-1,291,176.12	-91%
<i>Sub-Total</i>	<i>48,544,369.00</i>	<i>59,362,782.86</i>	<i>-10,818,413.86</i>	<i>-18%</i>
Juros	2,550,543.14	545,111.30	2,005,431.84	368%
Transferências Correntes	76,562.56	134,318.13	-57,755.57	-43%
Venda de Bens e Serviços	412,144.01	1,435,116.97	-1,022,972.96	-71%
Outras Receitas Correntes	189,527.88	160,521.30	29,006.58	18%
<i>Sub-Total</i>	<i>3,228,777.59</i>	<i>2,275,067.70</i>	<i>29,006.58</i>	<i>42%</i>
Transferências de Capital	0.00	0.00	0.00	0%
Activos Financeiros	0.00	15,923.37	-15,923.37	-100%
Reposições não abatidas a pagamentos	98,598.73	4,746.79	93,851.94	1977%
<i>Sub-Total</i>	<i>98,598.73</i>	<i>20,670.16</i>	<i>77,928.57</i>	<i>377%</i>
Total	51,871,745.32	61,658,520.72	-9,786,775.40	-16%

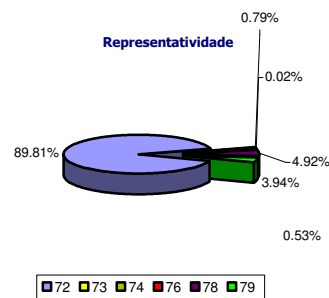
Para os resultados alcançados contribuem, essencialmente, a 'Taxa sobre Comercialização de Especialidades Farmacêuticas', a 'Taxa de Comercialização de Produtos de Saúde', e a avaliação de processos de 'Autorização de Introdução no Mercado de Medicamentos', as quais representam 87% do total da receita cobrada.

De salientar ainda que a principal rubrica de financiamento do Instituto – 'Taxas, Multas e Outras Penalidades', representa 94% do total da receita cobrada.

Seguidamente apresenta-se a estrutura da receita cobrada por conta POC:

Estrutura da Receita Cobrada

Rubrica POC	Designação	Valor	Representatividade
72	Impostos e Taxas	46,584,673.16	89.81%
73	Proveitos Suplementares	412,144.01	0.79%
74	Transferências Subs. Correntes	7,916.91	0.02%
76	Prov. e Ganhos Operacionais	272,948.42	0.53%
78	Prov. e Ganhos Financeiros	2,551,374.11	4.92%
79	Prov. e Ganhos Extraordinários	2,042,688.71	3.94%



Os valores registados em Correções Relativas a Exercícios Anteriores, continuam a ter com origem na cobrança de taxas relativas a anos anteriores mas só liquidadas e cobradas em 2007, em resultado:

- do assinalável esforço de recuperação de dívida de anos anteriores, na sequência da adopção, desde finais do exercício económico de 2004, de um conjunto de acções de controlo/fiscalização junto dos sujeitos passivos das taxas cobradas pelo INFARMED, I.P., com particular incidência sobre os sujeitos passivos da 'Taxa de Comercialização sobre Produtos de Saúde' (Produtos Cosméticos e de Higiene Corporal);
- dos processos de liquidação e contra-ordenação desencadeados no seguimento das acções de controlo/fiscalização de cobrança executadas em 2005.

Contribuem ainda para o valor de receita arrecadada a obrigatoriedade de apresentação nos Concursos Públicos do Serviço Nacional de Saúde de declaração emitida pelo INFARMED, I.P. em como a Entidade não tem dívidas a este Instituto, e a identificação de novos sujeitos passivos, resultante das acções de controlo/fiscalização.

Para os resultados com 'Proveitos Suplementares' contribuem essencialmente a venda de publicações, em particular a Farmacopeia Portuguesa a qual, juntamente com as respectivas actualizações e suplementos, é de acordo com as disposições do Decreto - Lei n.º 48 547, de 27 de Agosto de 1968, e em conformidade com as normas regulamentares estabelecidas no Protocolo assinado pela Direcção - Geral dos Cuidados de Saúde Primários e pela Direcção -Geral de Assuntos farmacêuticos, de 22 de Janeiro de 1990, de aquisição obrigatória para todas as Farmácias.

Por outro lado, os 'Proveitos Financeiros' tiveram um acréscimo significativo em resultado das aplicações de curto prazo efectuadas no Tesouro (CEDIC's), dados os elevados montantes de excedentes de Tesouraria.

Por último importa referir que os resultados apresentados nesta Gerência incluem uma revisão efectuada ao Orçamento de Receita Inicial de 2007:

- Revisão orçamental no montante de € 2 173 619, resultante da revisão do montante do Saldo de Gerência de 2006 (inicialmente previsto na Proposta de Orçamento de 2007, no valor de € 80 000 000), apurado aquando do fecho de exercício de 2006, no montante de € 82 173 619.

Em conclusão, o INFARMED, I.P. evidenciou no exercício económico em análise uma boa capacidade de cobrança nas diversas rubricas determinantes para o financiamento do Instituto.

4.2. Despesa

A despesa realizada a 31 de Dezembro de 2007, evidenciada no **Mapa 7.1 - Controlo do Orçamental da Despesa**, apresenta um valor global de **€ 23 658 681** (€ 24 008 495 em 2006), situando-se quanto ao nível de execução orçamental nos **71%**.

Rubrica Económica	Designação	2006			2007			Variações	
		Desp. Paga	Tx. Exec.	Estr.	Desp. Paga	Tx. Exec.	Estr.	Valor	%
01	Despesas com Pessoal	14,378,223.96	89%	60%	13,084,759.32	91%	55%	-1,293,464.64	-9%
02	Aquisição de Bens e Serviços	708,219.01	52%	3%	727,536.78	64%	3%	19,317.77	3%
0201	Aquisição de Bens	6,299,005.24	52%	26%	8,206,216.40	62%	35%	1,907,211.16	30%
0202	Aquisição de Serviços	11,121.29	56%	0%	8,631.96	57%	0%	-2,489.33	-22%
03	Juros e Outros Encargos	42,381.91	94%	0%	37,294.87	74%	0%	-5,087.04	-12%
04	Transferências Correntes	0.00	0%	0%	0.00	0%	0%	0.00	0%
05	Subsídios	202,333.76	54%	1%	545,990.06	95%	2%	343,656.30	170%
06	Outras Despesas Correntes	2,351,169.46	24%	10%	1,035,491.10	28%	4%	-1,315,678.36	-56%
07	Aquisição de Bens de Capital	16,039.97	95%	0%	12,760.75	99%	0%	-3,279.22	-20%
08	Transferências de Capital								
	Total	24,008,494.60	60%	100%	23,658,681.24	71%	100%	-349,813.36	-1%

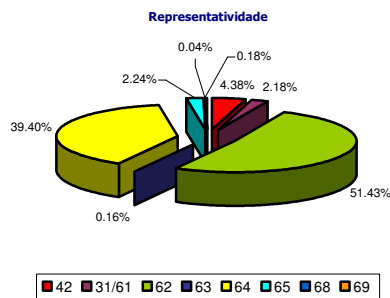
A despesa realizada em 2007 apresenta face ao exercício anterior, um decréscimo de 1%, para o qual contribuem essencialmente as variações negativas registadas nas rubricas económicas de 'Despesas com Pessoal' e 'Aquisição de Bens de Capital'.

No que respeita à estrutura da despesa, esta mantém-se face ao exercício de 2006, continuando a apresentar um maior peso as rubricas 'Despesa com Pessoal', 'Aquisições de Serviços' e 'Aquisição de Bens de Capital'.

Importa chamar a atenção para o facto de os resultados apresentados nesta Gerência incluírem, a aplicação parcial do Saldo de Gerência de 2006, no montante global de € 5 000 000, nossa Proposta n.º GFO/0522/2007/3.1.2, conforme despacho de Sua Ex.a o Senhor Secretário de Estado do Orçamento, de 10 de Julho de 2007, exarado na Informação n.º 106/2007 da Direcção-Geral do Orçamento.

Apresenta-se de seguida a análise da estrutura da despesa, por conta POC:

Estrutura da Despesa			
Rubrica POC	Designação	Valor	Representatividade
42	Capital	1,035,491.10	4.38%
31/61	Compras/Consumos	515,576.53	2.18%
62	Fornecimentos e Serviços	12,167,727.07	51.43%
63	Subsídios Correntes	37,294.87	0.16%
64	Custos com Pessoal	9,321,337.49	39.40%
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	529,485.74	2.24%
68	Custos e Perdas Financeiras	8,479.41	0.04%
69	Custos e Perdas Extraordinários	43,289.03	0.18%



4.2.1 Investimentos (Capital)

Esta rubrica, representada patrimonialmente pela classe 4, apresenta um montante realizado a 31 de Dezembro de 2007 no valor de € 1 035 491 (€ 2 351 169 em 2006), destacando-se investimentos em:

- 'Software Informático', em particular a implementação do Novo Regime Jurídico das Farmácias (1ª Fase) – Licença de Uso de Produtos de Software, a Contratação de serviços de desenvolvimento em Oracle Forms e Net e a implementação de um Sistema de segurança e acesso wireless;
- 'Equipamento Administrativo', nomeadamente a aquisição de equipamento audiovisual para as diversas salas do INFARMED, I.P.;

4.2.2 Custos Operacionais

4.2.2.1 Custo da Matéria Consumida (compras)

Esta rubrica, à semelhança no exercício económico anterior, apresenta um peso de **2%** no total da despesa realizada, e reflecte os custos resultantes da aquisição de material diverso, consumido no próprio exercício, de entre os quais destacamos os 'Consumíveis de Laboratório', indispensáveis à actividade analítica da Direcção de Comprovação da Qualidade (que incluem Produtos Químicos e Farmacêuticos e Material de Consumo Clínico) e o 'Material de Consumo Administrativo'.

4.2.2.2 Fornecimento e Serviços Externos

A despesa realizada com 'Fornecimentos e Serviços Externos', apresenta um peso de **51%** no total da despesa realizada, para o qual contribuem essencialmente as seguintes rubricas:

- Encargos com 'Honorários', directamente relacionados com o nível de actividade do Instituto, nomeadamente nos domínios da avaliação e autorização de medicamentos, sendo esta a rubrica que reflecte, entre outros, os

encargos relativos ao pagamento de honorários devidos aos peritos da Comissão de Avaliação de Medicamentos, a quem compete emitir pareceres sobre o sector dos medicamentos.

- Encargos com 'Outros Trabalhos Especializados', dos quais se destacam:
 - a) na área de actuação do Instituto:
 - Protocolo celebrado com vista ao fornecimento de informação farmacêutica relativa ao consumo de medicamentos, de Mercado Ambulatório, em Portugal;
 - Protocolos de colaboração institucional celebrados com o Instituto Nacional Ricardo Jorge (INSA), o Hospital de Santa Marta e o Centro Hospitalar de Lisboa;
 - Contratação de serviços de Farmacovigilância (Unidades de Farmacovigilância do Norte, de Lisboa e Vale do Tejo e do Sul);
 - b) na área de apoio geral:
 - Contratação de serviços para design gráfico, concepção, impressão e expedição das várias publicações técnico – científicas, realizadas no âmbito das competências e atribuições do INFARMED, I.P.;
 - Contratação de serviços de trabalho temporário para apoio a algumas Direcções do INFARMED, I.P.;
 - Serviços de microfilmagem;
 - Serviços de custódia documental;
 - Serviços de consultoria contabilística e auditoria;
 - Aquisição de serviços de transporte, mudanças e destruição de papel;
 - Aquisição de diversos serviços de "avaliação".
- Encargos com 'Deslocações e Estadas', em particular com a participação dos colaboradores do INFARMED, I.P. em diversos comités e grupos de trabalho europeus e encargos realizados no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia.
- Encargos em 'Publicidade' nomeadamente aquisição de serviços de publicidade para a Campanha "Genéricos 2007", no âmbito do plano integrado de promoção dos medicamentos genéricos 2007/2008.
- Encargos com o Projecto Estratégico para a Exportação e Internacionalização da Indústria Farmacêutica Portuguesa – PHARMAPORTUGAL (montante co-financiado pelo PRIME – Equivalente a 75% das despesas elegíveis), destacando-se as seguintes 'Aquisições de serviços':
 - Reserva de espaço para o Stand Pharmaportugal na CPhI WorldWide 2007;
 - Contratação de serviços adicionais de desenho, construção e montagem do Stand Pharmaportugal para a CPhI WorldWide 2007;
 - Deslocações no âmbito da participação no CPhI WorldWide 2007.
- Encargos com 'Estudos, pareceres, projectos e consultoria', onde se constata a contratação de serviços jurídicos, contratação de serviços de consultoria para implementação e desenvolvimento da DGCI, contratação de serviços de realização de uma sondagem de opinião sobre medicamentos genéricos, diagnóstico e satisfação de clientes e aquisição de serviços de Comunicação Institucional e de Assessoria de Imprensa.
- Encargos decorrentes da celebração de contratos de 'Assistência Técnica' para manutenção das instalações, dos equipamentos de apoio geral, dos equipamentos de laboratório e dos diversos softwares aplicativos.

4.2.2.3 Custos com Pessoal

Os 'Custos com Pessoal' representam **39%** do total da despesa realizada, situando-se o grau de execução orçamental desta rubrica nos **91%**, valor dentro dos níveis esperados, facto que evidencia uma criteriosa política de gestão de recursos humanos.

4.2.2.4 Custos e Perdas Extraordinárias

A rubrica 'Custos e Perdas Extraordinárias', reflecte essencialmente os encargos transitados de exercícios económicos anteriores, os quais têm apresentado uma tendência decrescente, facto que evidencia a aplicação do princípio contabilístico da especialização do exercício.

4.2.2.5 Outros Custos e Perdas Operacionais

Em relação aos 'Outros Custos e Perdas Operacionais' durante o ano de 2007 foi pago o montante total de € 529 486, destacando-se fundamentalmente o pagamento do imposto sobre os juros provenientes de aplicações CEDIC.

Por último, importa referir que os principais constrangimentos à execução orçamental da despesa foram sentidos no decurso do 1º semestre, tendo sido ultrapassados com a aprovação da proposta de reforço orçamental acima mencionada.

5. Análise Económico - Financeira

5.1. Estrutura de Financiamento

O financiamento da actividade do INFARMED, I.P. é totalmente assegurado através de receitas próprias, conforme se demonstra:

Estrutura de Financiamento do Orçamento Aprovado 2006/2007

Orçamento 2006			Orçamento 2007		
Fontes de Financiamento	Receita	Estrutura	Fontes de Financiamento	Receita	Estrutura
Internas	79,993,592.00	95%	Internas	137,089,240.00	98%
Externas	4,246,840.00	5%	Externas	2,356,450.00	2%
	84,240,432.00	100%		139,445,690.00	100%

Unidade: Euro

▪ Origens Internas de Financiamento:

A 'Taxa sobre Comercialização de Especialidades Farmacêuticas', a 'Taxa de Comercialização de Produtos de Saúde', e a avaliação de processos de 'Autorização de Introdução no Mercado de Medicamentos' constituem as principais fontes internas de financiamento.

▪ Origens Externas de Financiamento:

No respeitante à receita com origem em Financiamento Externo, embora imaterial, refira-se o montante recebido do Fundo Social Europeu, de € 7.917 relativo a:

- Projecto "Hope 2006" – Programa anual que decorre em simultâneo em todos os países da União Europeia alargada e Suíça, e que é coordenado pelo European Hospital and Healthcare Federation – HOPE;
- Estágios Profissionais realizados ao abrigo do Programa Operacional da Administração Pública (POAP).

5.2. Indicadores Económico – Financeiros

	2007	2006	Variação 07/06	
			Valor	%
Activo Fixo	25,598,203.05	28,366,027.45	-2,767,824.40	-9.76%
Activo Circulante	111,331,812.57	83,763,833.44	27,567,979.13	32.91%
Capitais Próprios	114,198,534.63	98,411,273.79	15,787,260.84	16.04%
Passivo Circulante	173,576.26	623,742.84	-450,166.58	-72.17%
Resultado Líquido	17,242,248.67	28,594,648.94	-11,352,400.27	-39.70%

Variáveis	Rácio	2007	2006
Estrutura Financeira			
Autonomia Financeira	Capitais Próprios/Activo	0.82	0.87
Independência Financeira ou Solvabilidade	Capitais Próprios/Passivo	79.16	52.36
Financiamento Estável das Imobilizações	Activo Imobilizado Líquido/Capitais Permanentes	0.19	0.25
Financiamento Próprio das Imobilizações	Activo Imobilizado Líquido/Capitais Próprios	0.22	0.29
Indicador de Fundo Maneio Bruto	Activo Circulante/Activo Total	0.80	0.74
Liquidez Geral	Activo Circulante/Passivo exigível a curto prazo	77.17	44.57
Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo Circulante	632.60	131.41
Rotação dos Elementos do Balanço			
Rotação dos Capitais Próprios	Serviços Prestados/Capitais Próprios	0.41	0.43
Rendimento das Imobilizações	Serviços Prestados/Activo Imobilizado Líquido	1.82	1.51
Resultados e Rendimento			
Rentabilidade dos Serviços Prestados	Resultados Líquidos/Serviços Prestados	0.37	0.67
Rentabilidade dos Capitais Próprios	Resultado Líquido/Capitais Próprios	0.15	0.29
Rentabilidade do Activo Total	Resultado Líquido/Activo	0.12	0.25

Analisando os Indicadores Financeiros, verifica-se que na generalidade os rácios económicos – financeiros, apresentam um ligeiro decréscimo, face a igual período do exercício económico anterior, essencialmente explicado pelos resultados obtidos ao nível dos resultados líquidos, onde se regista um decréscimo de 39%, resultado:

- da redução de 88% nos proveitos e ganhos extraordinários - fortemente inflacionados em 2006 em resultado da recuperação da cobrança de taxas relativas a Produtos Cosméticos e de Higiene Corporal -;
- do reforço da provisão para riscos e encargos, constituída para fazer face ao risco de impugnação judicial do pagamento desta taxa.

O indicador da **Autonomia Financeira** regista em 2007 um decréscimo de 2% face ao exercício anterior, resultado da redução verificada nos resultados líquidos gerados no período em análise.

Apesar desta redução o resultado obtido neste indicador continua a evidenciar a elevada capacidade financeira do Instituto.

A **Solvabilidade** sofreu um aumento resultante das seguintes situações:

- ⇒ As variações no Fundo Patrimonial, onde se encontram reflectidos os Resultados Transitados das gerências anteriores, com particular relevância para os seguintes montantes:
 - Resultado Líquido de 2006 no montante de € 28 594 649;
 - Resultado Líquido de 2007 no montante de € 17 242 249;
 - Ajustamentos 'negativos' efectuados no âmbito das correcções efectuadas ao valor do património no montante de € 1 454 988.
- ⇒ Consideração das Provisões para riscos e encargos, constituída para fazer face ao risco de impugnação judicial do pagamento da Taxa sobre Comercialização de Produtos de Saúde, em particular os pagamentos relativos aos anos 2000 e 2001, como Capitais Permanentes e não como passivo, na medida em que relativamente a esta matéria a expectativa do INFARMED é a de que os processos já interpostos e futuros processos de impugnação venham a ser considerados improcedentes, à semelhança do já corrido com a primeira acção judicial interposta, a qual foi decidido em 1ª instância a favor do Instituto.

Relativamente aos rácios de Financiamento das Imobilizações, estes indicadores apresentam um decréscimo, motivado pela não existência de Investimentos materialmente significativos em 2007, bem como pelo facto dos Capitais Permanentes englobarem as Provisões para Riscos e Encargos, que os incrementa.

Ao nível da **Liquidez**, salienta-se a variação positiva, continuando o INFARMED, I.P., a apresentar uma situação de equilíbrio financeiro uma vez que o seu activo circulante é muito superior ao passivo de curto prazo, o qual não inclui a rubrica de Provisões para riscos e encargos. De destacar a existência de € 109 803 661 em disponibilidades, como consequência da óptima performance que o Instituto apresentou nos últimos exercícios económicos ao nível da cobrança de Taxas.

Da análise dos valores apresentados nos indicadores de **Estrutura Económica**, de assinalar a variação negativa registada no indicador de **Rentabilidade dos Serviços Prestados**, que reflecte a redução significativa verificada nos proveitos e ganhos extraordinários.

Apesar da redução registada na rentabilidade dos Capitais Próprios no período em análise, este indicador continua a evidenciar o excelente desempenho financeiro do Instituto.

6. Perspectivas Futuras

O enquadramento político das actividades a desenvolver na área do medicamento para 2008, é norteado pelo Programa do XVII Governo Constitucional para a área da saúde, concretizado nas Grandes Opções do Plano 2005-2009. Destacam-se as Grandes Opções do Plano para 2008, em termos de Política do Medicamento e da Farmácia:

- Implementação do novo regime jurídico para as farmácias assente no livre acesso à propriedade da farmácia, evitando as práticas anticoncorrenciais;
- Permissão às farmácias da prática de descontos, de dispensa de medicamentos pela Internet e ao domicílio e de prestação de serviços farmacêuticos;
- Incentivo à prescrição de medicamentos genéricos;
- Capacitação das Comissões de Farmácia e Terapêutica;
- Promoção da disseminação de boas práticas de prescrição e gestão terapêutica na Farmácia Hospitalar.

Neste contexto, a actividade do Infarmed será também marcada pela:

- Reavaliação do Sistema de Comparticipação no preço dos medicamentos;
- Activação das acções que incrementem a utilização racional dos medicamentos;
- Vigilância das actividades de promoção do medicamento junto dos médicos, farmacêuticos de oficina e dos locais de venda de medicamentos não sujeitos a receita médica;
- Definição e implementação de acções para tornar a indústria farmacêutica nacional uma área estratégica na interface entre a economia e a saúde.

Estas serão as linhas determinantes no desenvolvimento da actividade do Instituto no futuro, em particular para garantir a defesa da saúde pública através da sua acção regulamentadora em termos de garantia da qualidade, eficácia e segurança dos medicamentos e dos produtos de saúde.

Neste âmbito, o Instituto continuará a contribuir para a criação de condições para uma maior interacção com os parceiros na área do medicamento, designadamente a indústria farmacêutica com produção a nível nacional, actuando como facilitador e promotor de iniciativas ao nível da investigação e desenvolvimento tecnológico, da inovação de base tecnológica e da formação e treino de recursos humanos.

O Instituto tem ainda como objectivo aumentar a sua participação no Sistema Europeu de Avaliação de Medicamentos e Produtos de Saúde.

A nível interno, o INFARMED pretende:

- Aumentar a eficiência interna através da implementação de novos processos de trabalho, de novos sistemas de informação e de um sistema de gestão da qualidade;
- Definir e implementar um modelo de gestão de competências que permita a qualificação e valorização do capital humano e a promoção da gestão do conhecimento.

O Infarmed encontra-se numa fase de transformação orientada para a melhoria e reengenharia de processos, em particular ao nível organizacional, com o objectivo de desenvolver um modelo de gestão orientado para os resultados e para a satisfação dos utilizadores, e obter ganhos de eficiência em benefício da saúde pública e do cidadão, prosseguindo uma política de melhoria contínua da qualidade.

7. Conclusão

A condução da actividade do INFARMED, I.P., tem tido como referência a criação de valor que permita assegurar níveis de crescimento significativos e equilibrados da actividade, através de melhorias constantes e consistentes dos níveis de eficiência, pela manutenção de elevados padrões de solidez financeira e pela adopção de exigentes padrões de qualidade que, em conjunto, proporcionem um crescimento significativo dos resultados.

Eficiência e Custos Operativos

Ao nível dos custos operativos regista-se um crescimento de 5% face a 2006, embora os dois períodos não sejam totalmente comparáveis, pelo facto de terem ocorrido em 2007 acontecimentos sem correspondência na actividade de 2006, designadamente o Projecto PharmaPortugal, a Presidência da União Europeia e a execução do Plano Integrado de Promoção dos Medicamentos Genéricos.

Não considerando os custos incorridos no âmbito destas acções verificar-se-ia uma redução nos custos operativos.

Resultados e Rendimento

Os rendimentos com origem na cobrança de taxas, totalizaram no período em análise 46.508 milhares de euros, valor superior em 3.702 milhares de euros face ao total dos serviços prestados em 2006, o que representa um crescimento de 9%. Este comportamento decorre essencialmente do considerável esforço de cobrança das diversas taxas que constituem receita própria do Instituto.

O INFARMED apresenta a esta data uma rentabilidade elevada apesar do decréscimo registado nos resultados líquido, assumindo particular significado num exercício exigente quer no domínio do desenvolvimento de novas atribuições e competências, quer no domínio da melhoria dos processos internos de onde resultará uma profunda reestruturação do Instituto.

Fica assim demonstrada, face aos indicadores apresentados, a manutenção do equilíbrio financeiro e da autonomia financeira do INFARMED, resultado de uma actuação norteadora por princípios de forte contenção e criteriosa assunção de encargos quer, de natureza orçamental quer, de natureza financeira.

O Responsável



Orlando Ferreira
Direcção do Departamento
de Gestão Financeira e Operativa



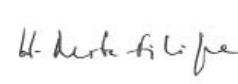
Paulo Aguiar
Director do Departamento
de Contabilidade

O Conselho Directivo




Vasco de Jesus Maria

Presidente do Conselho Directivo
Vasco de Jesus Maria



Helder Mota Filipe

Vice-Presidente do Conselho Directivo
Helder Mota Filipe



Luísa Carvalho

Vice-Presidente do Conselho
Directivo
Luísa Carvalho



António Neves

Vogal do Conselho Directivo
António Neves



Fernando Bello

Vogal do Conselho Directivo
Fernando Bello